



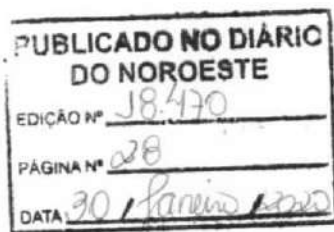
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA

Santa Mônica - Estado do Paraná

CNPJ 95.641.916/0001-37

Rua Marieta Mocellin nº 588 - CEP 87.915-000

Fone/Fax (0**44) 3455-1107 - e-mail: prefeitura@santamonica.pr.gov.br



LEI Nº 003/2020

SÚMULA: ALTERA O PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO, CONSTANTE DO VOLUME I, PARTE IV DA LEI MUNICIPAL Nº 002/2010, QUE INSTITUIU O PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA, Estado do Paraná, APROVOU e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica alterado o Plano de Ação e Investimentos Municipal, constante do Volume I, Parte IV da Lei Municipal nº 002/2010, que instituiu o Plano Diretor Municipal de Santa Mônica, pelo Anexo I desta Lei, que ficará sendo parte integrante desta e da Lei Municipal acima mencionada, consistente na revisão e atualização do Plano de Ação e Investimentos do Município.

Artigo 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Mônica, 28 de Janeiro de 2020.


SÉRGIO JOSÉ FERREIRA
Prefeito Municipal



ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

JANEIRO / 2020



SUMÁRIO

ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS.....	1
INTRODUÇÃO.....	3
1.PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	4
2.DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL	11
3.DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	19
4.ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FÍSICO-TERRITORIAL	27
5.RESUMO DAS AÇÕES	30
6.INDICADORES E METAS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DAS AÇÕES PREVISTAS NO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS	40
7.PARECER TÉCNICO.....	43
ANEXO I - COMPORTAMENTO DAS RECEITAS 2002 A 2006	48
ANEXO II - COMPORTAMENTO DAS RECEITAS 2009 A 2012	49
ANEXO III - COMPORTAMENTO DAS RECEITAS 2013 A 2019	50



INTRODUÇÃO

No Plano de Ação e Investimentos (PAI) do Município de Santa Mônica estão descritas as propostas para as áreas prioritárias de ação. Os principais temas de intervenção são:

- Proteção e Preservação Ambiental;
- Desenvolvimento Econômico-social;
- Desenvolvimento Institucional;
- Desenvolvimento e Ordenamento Físico-territorial.

As ações apresentadas compõem as propostas do Plano Diretor Municipal (PDM), sendo resultado de discussões com a equipe técnica municipal e a comissão de acompanhamento, bem como levantamento dos anseios da comunidade.

O tempo de execução das propostas está embasado conforme a prioridade de investimento, considerando em cada proposta sua abrangência social e seu efeito multiplicador nos diferentes segmentos que compõem a política de desenvolvimento do PDM, com o objetivo de alcançar melhor aproveitamento dos investimentos e aumento da produtividade nos serviços públicos, resultando na melhoria dos indicadores sociais e econômicos.

Desta forma, as ações foram classificadas em curto (até quatro anos), médio (de quatro a oito anos), e longo prazo (de oito a doze anos), sendo estimados valores para a execução das Medidas Urbanísticas e Políticas a serem realizadas, bem como apontadas possíveis fontes de recursos a quem a administração pública poderá recorrer, tanto para financiamento quanto para desenvolvimento de projetos a fundo perdido.



1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL





Um dos princípios constitucionais fundamentais norteadores do PDM é a garantia do direito às cidades sustentáveis. O princípio de desenvolvimento sustentável passou a ser um componente fundamental do desenvolvimento territorial (urbano e rural), pelos quais os seres humanos e suas futuras gerações são o centro das preocupações e têm o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza, conforme dispõe o primeiro princípio da Agenda 21.

No PDM de Santa Mônica, a proteção e preservação ambiental tornaram-se a base do desenvolvimento municipal, interferindo não apenas nas ações diretas, tais como intervenção na fauna, flora e recursos hídricos, como também na definição de uso do solo, nas ações para saneamento ambiental e infraestrutura.

ASPECTOS AMBIENTAIS

Legislação Ambiental Municipal

A questão ambiental é tema de grande relevância, em decorrência das formas de uso/ocupação, que na maioria das vezes, não consideram as características naturais, gerando uma série de problemas sócio-ambientais. Portanto, a criação e a implantação de processos e sistemas legais de regulamentação das questões ambientais no território municipal são necessárias. O monitoramento e a fiscalização fazem parte desse processo, assim como a capacitação de funcionários do Município de Santa Mônica.

AÇÕES À CURTO PRAZO

1. Elaborar e instituir legislação ambiental municipal para regulamentação e fiscalização de passivos ambientais, relacionado ao ambiente natural e modificado (urbana e rural).

AÇÕES À MÉDIO PRAZO

2. Propiciar a capacitação dos funcionários para o exercício do licenciamento ambiental dos empreendimentos a serem implantados no Município, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade, onde a ocupação será controlada por meio de diretrizes do poder público, através da exigência a ser criada de PCA (Plano de Controle Ambiental Preliminar), EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente) e EIV/RIV (Estudo de Impacto de Vizinhança / Relatório de Impacto de Vizinhança).



Educação Ambiental

A inserção da educação ambiental nas escolas difunde o conhecimento sobre o ambiente, a fim de ajudar a preservação e utilização sustentável dos seus recursos.

A educação ambiental materializou-se na Lei Federal nº 9.795 de 27 de Abril de 1999, que afirma no Artigo 2º: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal". O Artigo 1º diz: "Processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais. Desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política".

AÇÕES À CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

1. Implantar a educação ambiental nas escolas da rede pública, através de projeto que contemple tanto atividades cognitivas (visitas a locais ambientalmente frágeis e parques ecológicos), como atividades práticas (plantio de árvores, coleta de material reciclável, etc).

Recomposição da Mata Ciliar

O Município de Santa Mônica enfrenta dificuldades quanto á mata ciliar descontínua ao longo dos rios. A proposta de recomposição de mata ciliar prevê replantio de vegetação original ou de outra espécie adequada àquele ambiente para garantir qualidade ambiental.

A Lei 4.771/65 (Código Florestal Brasileiro) define que a mata ciliar tem a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e de flora, bem como proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. A mata ciliar é "área de preservação permanente", devendo ser respeitada uma extensão específica de acordo com a largura dos rios, córregos, lagos, represas e nascentes.



AÇÕES À CURTO PRAZO

1. Recomposição da mata ciliar ao longo do Córrego Água Branca.

AÇÕES À CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

2. Recomposição da mata ciliar ao longo dos cursos d'água do Município.

Arborização Urbana

A arborização urbana de Santa Mônica é de certa forma escassa e problemática, apresentando conflito com a largura das calçadas, bem como com a rede de energia elétrica, rede de água e telefônica.

Para garantir a oferta e a diversidade de espécies utilizadas na arborização das vias públicas, é necessário elaborar um plano de arborização urbana, incrementar os trabalhos de produção de mudas no Viveiro Municipal, desenvolvendo em paralelo, programas de readequação das espécies, com orientação à comunidade no momento da substituição das árvores, além do acompanhamento no plantio de mudas, principalmente em novos loteamentos.

É importante priorizar a utilização de espécies nativas, além de atentar para a utilização de vegetação de porte adequado, como as sugeridas no quadro abaixo, verificando a altura máxima de seis metros, classificada como pequeno porte, sob a rede elétrica e utilização de 10% de cada espécie, evitando assim que ocorra extermínio em massa no caso da ocorrência de doenças ou pragas.

Nome Popular	Nome Científico	Porte
Pata de Vaca	<i>Bahúinia veriegata</i>	Pequeno
Quaresmeira Rosa/Roxa	<i>Tibouchina granulosa</i>	Pequeno
Pitangueira	<i>Eugênia pitanga</i>	Pequeno
Ipê Roxo/Amarelo	<i>Tabebuia</i>	Médio
Pau-Ferro	<i>Caesalpinia férrea</i>	Médio
Guaratã	<i>Esebeckia leiocarpa</i>	Médio
Jatobá	<i>Himénaea courbaril</i>	Grande

Fonte: www.polis.org.br

AÇÕES À CURTO PRAZO

1. Elaboração do Plano Técnico de Arborização Urbana, priorizando a qualificação e tipificação paisagística para as vias públicas.
2. Aumentar a produção de mudas no Viveiro Municipal.



ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA

Considerando a proteção ambiental, sabe-se que a infraestrutura urbana interfere diretamente na qualidade de vida das pessoas e no meio ambiente. A falta de drenagem, pavimentação, coleta de esgoto e as áreas degradadas pela destinação incorreta do lixo domiciliar e de resíduo de construção civil, são fatores que potencializam a degradação ambiental.

Investimentos em saneamento (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e disposição de resíduos sólidos), pavimentação e drenagem, diminuem a incidência de doenças e internações hospitalares e evitam o comprometimento dos recursos hídricos do Município.

Coleta e Destinação de Resíduos

Fortalecer iniciativas para garantir o aproveitamento dos resíduos sólidos trata-se de ação prioritária para o desenvolvimento sustentável, levando-se em consideração a conservação ambiental, assim como a valorização social da população que poderá vir a trabalhar com a coleta de resíduos. Sistemas associativos ou cooperativos podem ofertar melhores condições de trabalho aos catadores, valorizando o trabalho e gerando renda.

Com intuito de fortalecer estas iniciativas e também garantir a correta destinação final dos resíduos, tornou-se prioridade de intervenção a proposta de elaboração de projeto adequado para readequação do atual Aterro Sanitário.

Além da questão social que, sem dúvida, é uma das mais importantes, a sistematização da coleta e destinação adequada de material reciclável implica em aspecto prático (físico/financeiro) que é a redução de volume de resíduos destinados ao aterro, ampliando sua vida útil, otimizando processos e reduzindo custos com o manejo.

AÇÕES À CURTO PRAZO

1. Em 2018, no Aterro Sanitário foram investidos recursos financeiros para sua readequação, conforme exigências do IAP e do CONAMA; bem como foi adquirido um caminhão coletor compactador de resíduos sólidos domiciliares.

AÇÕES À MÉDIO/LONGO PRAZO

2. Treinar Pessoal para trabalhar no manejo dos resíduos sólidos recicláveis, de entulho de construção civil, de poda de vegetação e orgânicos.
3. Dar apoio a iniciativas particulares de coleta seletiva, principalmente a associações de coletores de material reciclável, através de isenções tributárias, parcerias ou publicidade.



Serviços Funerários

O Cemitério do Município de Santa Mônica supre as necessidades e a projeção de vida útil é para 15 anos, porém não se encontra dentro dos regulamentos exigidos pelo IAP. O Município é desprovido de serviços funerários, fazendo com que esses serviços sejam buscados em Municípios vizinhos, bem como não há local para realizar velórios (Capela Mortuária).

AÇÕES À CURTO PRAZO

1. Regularização do Cemitério Municipal, conforme exigências do IAP.
2. Elaboração de legislação funerária municipal.

AÇÕES À MÉDIO PRAZO

3. Construção de Capela Mortuária Municipal.

Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgotos

O abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgotos podem ser indicativos de saúde pública e qualidade de vida. A ausência destes serviços implica em baixas condições de saneamento e altos índices de doenças transmissíveis através da água. No Município de Santa Mônica, o objetivo é ampliar o sistema de abastecimento de água, de modo a atender 100% da população, e dar início ao projeto de implantação da coleta e tratamento de esgoto dentro do horizonte do PDM (10 anos) qualificando as condições de vida e reduzindo a incidência de doenças provenientes da falta de saneamento.

AÇÕES À CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

1. Ampliação das redes de distribuição de água tratada, conforme o desenvolvimento da área urbana da Sede Municipal e do Distrito de Aparecida do Ivaí.

AÇÕES À LONGO PRAZO

2. Prever a aquisição de área para implantação da estação de tratamento de esgoto.
3. Prever Convênio entre a Prefeitura Municipal e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), para a implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto na Sede Municipal.



Drenagem e Pavimentação Urbana

Os processos de drenagem são responsáveis, não apenas pela captação da água proveniente das chuvas, mas também pela adequada condução até seu destino final, evitando a degradação dos cursos d'água que recebem a carga canalizada vinda dos centros urbanos. Os sistemas de drenagem subdimensionados e ineficientes configuram risco de processos erosivos, assoreamento, poluição e contaminação dos corpos hídricos. Priorizar a adequação e o dimensionamento correto das redes de drenagem equivale a intensificar ações de preservação ambiental e de qualificação de vida da população.

No Município de Santa Mônica, somente 20% da área urbana possui galeria de águas pluviais, caracterizando uma deficiência que tem acarretado uma grave preocupação, as erosões. Em relação à pavimentação, também 20% das ruas do Município são pavimentadas.

AÇÕES À CURTO PRAZO

1. Ampliação da rede de drenagem urbana nas vias da Sede Municipal e do Distrito de Aparecida do Ivaí.
2. Execução de obras de pavimentação nas vias da Sede Municipal e do Distrito de Aparecida do Ivaí.

AÇÕES À MÉDIO PRAZO

3. Ampliação da rede de drenagem urbana nas vias da Sede Municipal e do Distrito de Aparecida do Ivaí.
4. Execução de obras de pavimentação nas vias da Sede Municipal e do Distrito de Aparecida do Ivaí.

AÇÕES À LONGO PRAZO

5. Ampliação da rede de drenagem urbana nas vias da Sede Municipal e do Distrito de Aparecida do Ivaí.
6. Execução de obras de pavimentação nas vias da Sede Municipal e do Distrito de Aparecida do Ivaí.



2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- SOCIAL





As possibilidades de inserção no processo produtivo são, indiscutivelmente, o fator de maior influência na qualidade de vida da população. Na estrutura do mercado de trabalho estão expressas não só essas possibilidades, como as indicações da dinâmica produtiva que impulsiona a economia dos municípios. Quanto à oferta de serviços sociais, vem sendo registrado, nos últimos anos entre os municípios paranaenses, melhorias nas condições de saúde, educação e saneamento; entretanto, os serviços ainda registram deficiências significativas, demonstrando a necessidade de uma reestruturação.

O conceito de desenvolvimento entendido neste PDM não se restringe apenas ao crescimento econômico que pode ser avaliado tendo como indicador o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Município ou a renda per capita da sua população. O desenvolvimento pretendido envolve tanto as questões econômicas quanto sociais que incluem moradia, nutrição, saúde, educação e assistência social com ações correlacionadas. São prioritárias para o desenvolvimento econômico, as ações que promovam a formação educacional da população de Santa Mônica bem como que ofereçam suporte e apoio às micro e pequenas empresas locais e formação de cooperativas como forma natural de geração de renda aos grupos excluídos do mercado.

ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico do Município depende de ações que venham ao encontro das potencialidades e anseios da comunidade, no sentido de identificá-las e desenvolvê-las, oportunizando condições para atrair novos investimentos prevendo a inclusão social participativa do trabalhador e investindo na qualificação profissional, inserindo jovens e trabalhadores no mercado de trabalho.

Através do fomento à implantação de novas atividades e tecnologias, do incentivo à capacitação profissional e da geração de oportunidades de emprego e renda, Santa Mônica terá avanço no processo de crescimento econômico sustentável.

A agregação de valor aos produtos obtidos a partir das atividades relacionadas ao cultivo da produção agrícola mostra-se com expressivo potencial para ser explorada, assim como o desenvolvimento das potencialidades turísticas no Município e região, que tendem a incrementar a base do setor de comércio e serviços.

Portanto para garantir o desenvolvimento econômico-social sustentável do Município propõe-se desenvolver as potencialidades industriais, comerciais e de serviços, bem como o incremento das atividades agropecuárias, agroindustriais, turísticas e tecnológicas.



Comércio e Serviços

AÇÕES À CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

1. Fortalecer o comércio local com a criação de associação que atue na busca de melhores oportunidades para o aprimoramento do comércio e de serviços, promovendo cursos profissionalizantes e de capacitação relacionados ao desenvolvimento de técnicas atualizadas aplicáveis no setor.

Agropecuária

AÇÕES À CURTO PRAZO

1. Incentivar a pecuária leiteira.
2. Incentivar a criação do bicho-da-seda.
3. Criação do Programa de Apoio à Piscicultura.

AÇÕES À MÉDIO PRAZO

4. Criação de programas de incentivo à produção de mamona e girassol no Município (biodiesel), através da realização de cursos de capacitação e de assistência técnica.

AÇÕES À CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

5. Estimular práticas agro-ecológicas, como meio de valorização da produção agrícola local.
6. Implantar o programa de repovoamento dos principais rios e córregos do Município, com espécies de peixes característicos da região, estimulando a pesca de subsistência e comercial de pequena escala, como fonte de alternativa de renda para a população, além da pesca esportiva e de lazer.

Turismo

AÇÕES À CURTO PRAZO

1. Construção de Parque Urbano na Sede Municipal.

AÇÕES À MÉDIO/LONGO PRAZO

2. Investir no potencial turístico como fonte de crescimento econômico, social, cultural e ambiental.



SOCIAL

Devido à tendência de crescimento populacional de Santa Mônica, propõe-se a implantação de novos equipamentos, ampliação e reforma nos equipamentos públicos para garantir o atendimento educacional, cultural, de esporte, lazer e recreação, bem como de assistência social e saúde pública da população, assim como a adequação dos equipamentos existentes às Normas de Acessibilidade Universal (NBR 9050).

O déficit habitacional deve ser abordado como o não atendimento da demanda habitacional na condição atual de mercado. Com base nisso, as ações relacionadas à habitação devem ser efetivas, com a realização de levantamento do número de pessoas que necessitam de moradia em Santa Mônica e da sucessiva construção de unidades habitacionais, seja através de programas governamentais, de iniciativa privada e/ou cooperativas.

Quanto à segurança da comunidade, é necessário que o Poder Público Municipal busque, junto ao órgão competente Estadual e Federal, recursos para a intensificação de programas de policiamento ostensivo, visando à proteção da população urbana e rural.

Saúde

Santa Mônica não é provida de estruturas para atendimento completo à saúde. A capacidade dos equipamentos para suportar a demanda, segundo o Departamento de Saúde, não é satisfatória.

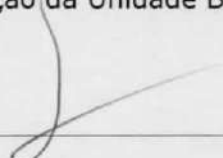
As ações prioritárias devem garantir à população o acesso ao atendimento qualificado no setor, através da adequação da infraestrutura e modernização dos sistemas das unidades de saúde, bem como da disponibilização de serviços básicos e da promoção de rotinas de tratamento, do desenvolvimento de políticas de prevenção de doenças e da ampliação da oferta de atendimento especializado.

AÇÕES À CURTO PRAZO

1. Capacitação dos motoristas da Saúde para o atendimento de primeiros socorros.
2. Ampliação da Unidade Básica de Saúde do Distrito de Aparecida do Ivaí.

AÇÕES À MÉDIO PRAZO

3. Informatizar as Unidades Básicas de Saúde da Sede Municipal e do Distrito de Aparecida do Ivaí.
4. Ampliação da Unidade Básica de Saúde da Sede Municipal.





AÇÕES À LONGO PRAZO

5. Modernização dos equipamentos das Unidades Básicas de Saúde da Sede Municipal e do Distrito de Aparecida do Ivaí.
6. Ampliação da Unidade Básica de Saúde da Sede Municipal para atendimento 24 horas, melhorando a qualidade dos serviços de saúde à população.

Educação

A rede escolar de Santa Mônica tem suprido a demanda até o momento presente. No entanto, o Departamento de Educação prevê um crescimento do número de alunos que não poderia ser correspondido com abertura de novas turmas, pois não existe espaço físico suficiente.

A evasão escolar apresenta números crescentes no nível médio; nos outros ensinos não existe esse problema.

Devido às deficiências apresentadas, as principais ações do setor estão relacionadas à garantia de acesso à educação e à qualificação profissional, estimulando a permanência do aluno na escola, garantindo a equidade educacional.

AÇÕES À CURTO PRAZO

1. Conclusão do Centro Municipal de Educação Infantil para o atendimento da população do Município.
2. Conclusão da Quadra Coberta de Esportes da Escola Municipal Dezenove de Novembro no Distrito de Aparecida do Ivaí.
3. Ampliação do espaço físico das escolas municipais (Sede e Distrito) readequando a infraestrutura e acessibilidade universal.
4. Aquisição de micro-ônibus para o transporte de alunos.

AÇÕES À MÉDIO PRAZO

5. Ampliação do espaço físico das escolas municipais (Sede e Distrito) readequando a infraestrutura e acessibilidade universal.
6. Aquisição de um veículo leve para atendimento da à Secretaria Municipal de Educação.

AÇÕES À LONGO PRAZO

7. Modernização dos equipamentos e dos mobiliários das escolas municipais (Sede e Distrito).



AÇÕES À CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

8. Elaboração de programas de orientação e incentivo aos jovens e adolescentes, melhorando a oferta de cursos de informática, línguas, artes e esportes, nas escolas municipais, a fim de evitar a evasão escolar.

Cultura

Garantir o acesso e o incentivo à Cultura através da estruturação do Departamento responsável, da identificação, preservação e recuperação do Patrimônio Histórico e do desenvolvimento de atividades culturais.

AÇÕES À CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

1. Implementar o Calendário Anual de Eventos Culturais, considerando as atividades realizadas por todos os Departamentos Municipais.
2. Promover eventos, oficinas, encontros, cursos, seminários e exposições oportunizando as diversas manifestações culturais.

Esporte e Lazer

Garantir aos cidadãos acesso à atividades esportivas, de lazer e recreação como meio de incrementar a qualidade de vida das comunidades, através da reestruturação do sistema no Município, do desenvolvimento da proposta de esporte educacional, da realização de maior número de atividades físicas de lazer e recreação, da promoção de eventos esportivos de competição e do estímulo à prática de esportes.

Além das áreas urbanizadas propícias para a prática do esporte, lazer e recreação, na zona rural encontram-se locais ao longo dos córregos que podem ser atrativos para recreação.

AÇÕES À CURTO PRAZO

1. Criação de escolinhas esportivas em todas as modalidades como: futebol, ginástica, vôlei, handebol, atletismo, xadrez e outras.
2. Aquisição de micro-ônibus para o transporte de atletas.
3. Reforma da sede da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

AÇÕES À MÉDIO PRAZO

4. Revitalização do Campo de Futebol no Distrito de Aparecida do Ivaí, delimitando o espaço com muros, construção de arquibancadas e vestiários.
5. Revitalização do Ginásio de Esportes no Distrito de Aparecida do Ivaí, delimitando o espaço com muros, construção de arquibancadas e vestiários.



6. Revitalização do Estádio Municipal de Santa Mônica, com ampliação da arquibancada; reforma no alambrado e no muro e construção de vestiários.

AÇÕES À CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

7. Promover jogos, torneios e gincanas que envolvam as comunidades urbanas e rurais, de modo a fomentar e proporcionar momentos de lazer e recreação.

Assistência Social

Garantir a Política de Assistência Social, através da luta contra a exclusão e desigualdade social, do incremento da rede de atendimento social e do estabelecimento de Programas de Geração de Renda, entre outras ações.

AÇÕES À CURTO PRAZO

1. A atual estrutura é suficiente para atender a demanda de curto prazo.

AÇÕES À MÉDIO PRAZO

2. Construção de novo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na Sede Municipal.
3. Construção de Centro de Convivência no Distrito de Aparecida do Ivaí.
4. Construção do Conselho Tutelar na Sede Municipal.
5. Aquisição de um veículo leve para atendimento á população urbana e rural.

Habitação

Em função da previsão de crescimento populacional no município de Santa Mônica, apoiada no incremento do setor industrial, será necessária a implantação de política habitacional adequada e direcionada à aquisição da casa própria, além da ampliação da oferta de lotes urbanizados.

Observa-se a necessidade de promover o Desenvolvimento da Política Habitacional Municipal através da busca de alternativas junto ao Governo Estadual e Federal para a implantação de programas e projetos habitacionais, contando com auxílio da iniciativa privada, visando à universalização do acesso à moradia digna, reduzindo drasticamente o déficit habitacional já nos cinco primeiros anos de implantação do PDM (ações contempladas neste documento - PAI), nas áreas urbanas e no espaço rural.

Ações efetivas como a criação do Conselho, do Fundo e do Plano Habitacional Municipal surgem como fortes instrumentos para a redução do déficit de moradias em Santa Mônica.



AÇÕES À CURTO PRAZO

1. Elaboração da Lei que regulamenta o Fundo e o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social em cumprimento a determinação do Ministério das Cidades.
2. Organização do cadastro habitacional das famílias no Município, com o objetivo de viabilizar ações na implantação de programas de moradias de interesse social.

Segurança Pública

Promover a intensificação do policiamento ostensivo no Município de Santa Mônica, principalmente na área rural e no Distrito de Aparecida do Ivaí.

AÇÕES À CURTO PRAZO

1. Implantação do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).

AÇÕES À MÉDIO PRAZO

2. Firmar parceria com o Governo Estadual na construção e instalação de Módulo Policial no Distrito Aparecida do Ivaí.
3. Buscar, junto ao Governo Estadual, a aquisição de veículos para a intensificação de patrulhamento rural.

AÇÕES À LONGO PRAZO

4. Buscar, junto ao Governo Estadual, a aquisição de um veículo leve para atendimento à população urbana e rural.

Defesa Civil

A atuação da Defesa Civil tem como objetivo reduzir a incidência de desastres e compreende ações de prevenção, planejamento e preparação para enfrentamento de emergências, assim como de resposta aos desastres e de reconstrução, e se dá de forma multissetorial e nos três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal), com ampla participação da comunidade.

O objetivo da Equipe Municipal de Defesa Civil é o de garantir a segurança da comunidade em geral, principalmente das populações instaladas em áreas consideradas de risco, através do fortalecimento do Núcleo Municipal de Defesa Civil, da constante capacitação dos membros componentes, da implementação das ações preventivas ou recuperativas, bem como da garantia da participação da comunidade através do voluntariado e dos Conselhos e entidades não governamentais.



AÇÕES À CURTO PRAZO

1. Criação do Conselho Municipal de Defesa Civil.
2. Elaboração do Plano Municipal de Defesa Civil, contemplando plano de trabalho que oriente um conjunto de medidas preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar consequências danosas de eventos previsíveis, além de preservar o moral da população e restabelecer o bem-estar, quando da ocorrência desses eventos.

AÇÕES À CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

3. Vistoriar as áreas onde possivelmente haja risco de desastres e, se necessário, realizar advertências para reduzir as situações de risco.



3. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA





A Prefeitura Municipal deve organizar e manter atualizado um vasto acervo de informações sobre o Município, em função de suas competências constitucionais e responsabilidades sociais. O conteúdo dessas bases de dados é utilizado constantemente tanto nos serviços internos, subsidiando a elaboração das políticas públicas e a tomada de decisões, quanto no atendimento às solicitações externas. Para responder a essas demandas é necessário cruzar informações, que quase sempre estão espalhadas em diversos órgãos e arquivos, e recorrer a análises espaciais extremamente trabalhosas, dado que, de 70 a 80% das informações utilizadas na administração municipal possuem referência espacial.

O Sistema de Informações Geográficas (SIG) é uma ferramenta de informática que permite integrar bases de dados de origem distintas sobre uma base cartográfica digitalizada. Alguns SIG oferecem ótimas ferramentas de apoio à decisão, com custo de treinamento e aquisição bastante acessíveis, favorecendo a implantação em pequenos e médios municípios, com a vantagem de possuírem maiores oportunidades em disciplinar adequadamente o uso do território, seja pelo baixo grau de urbanização ou por apresentarem menor conflito e demanda menos complexa. Desta forma, evita-se que, num futuro próximo, o município enfrente os problemas hoje encontrados nos grandes centros urbanos.

Ao investir na implementação do SIG, além de aproveitar o potencial existente em sua própria estrutura, a Prefeitura de Santa Mônica ganhará agilidade nos processos, reduzindo e simplificando esforços dos diversos agentes envolvidos, gerando grande economia em escala e oferecendo atendimento de melhor qualidade aos contribuintes.

Um dos grandes desafios da gestão pública é estruturar uma equipe de servidores que esteja preparada e motivada para prestar o serviço público. Ao investir na capacitação técnica e humana, a prefeitura valoriza o funcionalismo e oferece atendimento de melhor qualidade à população. Outro desafio é implantar no Município a fiscalização, não só tributária, mas também de obras e planejamento urbano. Além disso, a revisão do atual Plano de Cargos e Salários deverá ser realizada, valorizando a qualificação profissional dos funcionários, assim como a revisão do atual organograma administrativo.

Caberá ao poder público implantar os instrumentos de gestão democrática garantindo o controle social na administração da cidade, através da inclusão dos diversos setores da sociedade em debates, consultas e audiências nas análises, discussões e avaliação de planos e projetos de interesse público. Além desses instrumentos deverá implantar o Orçamento Participativo.

8



O primeiro ato para implementação dos processos de gestão democrática do PDM é a instituição do Conselho de Desenvolvimento Municipal que é um instrumento de monitoração, permite avaliar o desempenho da Gestão Municipal implementada, através do PDM proposto. A proposta de monitoração visa acompanhar as seguintes linhas de atuação:

- A aprovação e implantação da Legislação Urbanística proposta no PDM;
- A adaptação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, sobretudo nos Departamentos envolvidos com a gestão do PDM;
- A execução dos programas e obras previstas neste PAI;
- Os valores arrecadados mensalmente pelos Departamentos Municipais de: Administração, Finanças, Obras e Viação, Utilidade Pública, Comunicação, Cultura, Rodoviário e Transportes, Agricultura e Pecuária, Esporte e Lazer.

MONITORIZAÇÃO DA APROVAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PROPOSTA NO PDM

O Plano Diretor Municipal apresentou propostas para sete Leis Urbanísticas:

- Lei do Plano Diretor;
- Lei do Perímetro Urbano;
- Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo;
- Lei de Parcelamento do Solo;
- Lei do Sistema Viário;
- Código de Obras;
- Código de Posturas.

Estas leis são fundamentais para a gestão municipal uma vez que, em seu contexto geral, regulamentam toda a ocupação do território municipal, bem como as posturas de seus munícipes. Cada instrumento legal proposto terá mais do que um indicador, como garantia de sua adequada monitorização.

Lei do Perímetro Urbano (Lei nº 005 de 09 de Abril 2010)

- Lei aprovada, contendo memorial descritivo e respectivo mapa georreferenciado;
- Número da Lei do Perímetro Urbano aprovada pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nos Departamentos Municipais: de Planejamento, Administração, Finanças, Urbanismo, Obras e Utilidade Pública;
- Cópia da Lei enviada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com indicação das áreas rurais transformadas em áreas urbanas;
- Atualização da Planta Genérica de Valores na Divisão de Tributação e Fiscalização.



Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 003 de 15 de Abril de 2010)

- Lei aprovada, contendo texto, tabelas, anexos e respectivos mapas georreferenciados;
- Número da Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo aprovada pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nos Departamentos Municipal: de Planejamento, Administração, Finanças, Urbanismo, Obras e Utilidade Pública;
- Atualização da Planta Genérica de Valores na Divisão de Tributação e Fiscalização, em função das zonas contidas nesta Lei;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento expedidos para usos permitidos;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento expedidos para usos permissíveis;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento negados;
- Número de Notificações de Infração expedidas;
- Número de Autos de Infração expedidos.

Lei de Parcelamento do Solo (Lei nº 004 de 15 de Abril de 2010)

- Lei aprovada, contendo texto, tabelas e anexos;
- Número da Lei de Parcelamento do Solo aprovada pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais: de Planejamento, Finanças e Gestão e na Divisão de Tributação e Fiscalização da mesma secretaria; de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos;
- Número de loteamentos aprovados ano a ano, a partir de 2007, com indicação da área total de novos loteamentos e da área em cada zona*;
- Número total de desmembramentos, com indicação da área total e da área em cada zona;
- Número total de remembramentos, com indicação da área total e da área em cada zona;
- Número total de Notificações de Embargo expedidas;
- Número total de Autos de Infração expedidos.

Lei do Sistema Viário (Lei nº 006 de 15 de Abril de 2010)

- Lei aprovada, contendo texto, tabelas, anexos, perfis das vias e respectivo mapa georreferenciado;
- Número da Lei do Sistema Viário, aprovada pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais: de Planejamento, Finanças e Gestão e na Divisão de Tributação e Fiscalização da mesma secretaria; de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos;



- Execução do sistema viário dos loteamentos aprovados de acordo com esta Lei, a partir da vigência do PDM;
- Abertura de vias de acordo com os perfis das vias urbanas constantes nesta Lei;
- Pavimentação de vias de acordo com os perfis das vias urbanas constantes nesta Lei.

Código de Obras (Lei nº 007 de 15 de Abril de 2010)

- Código aprovado, contendo texto, tabelas e anexos;
- Número do Código de Obras aprovado pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais: de Planejamento, Finanças e Gestão e na Divisão de Tributação e Fiscalização da mesma secretaria; de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos;
- Número de Alvarás de Construção expedidos;
- Número de Certificados de Conclusão de Obra expedidos;
- Área total construída em cada ano, a partir de 2007, em cada zona*;
- Número de Alvarás de Demolição expedidos, por ano;
- Área total demolida e área em cada zona, por ano;
- Número de Notificações de Embargo expedidas, por ano;
- Número de Autos de Infração expedidos, por ano;
- Número de Autos de Demolição expedidos e área total demolida, por ano.

Código de Posturas (Lei nº 008 de 15 de Abril de 2010)

- Código aprovado, contendo texto, tabelas e anexos;
- Número do Código de Posturas aprovado pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais: de Planejamento, Finanças e Gestão e na Divisão de Tributação e Fiscalização de Urbanismo da mesma secretaria, Obras e Serviços Públicos;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento expedidos para casas e locais de divertimentos públicos;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento negados para casas e locais de divertimentos públicos;
- Número de Licenças expedidas;
- Número de Licenças Especiais expedidas;
- Número de Autorizações expedidas;
- Número de Notificações de Infração expedidas;
- Número de Autos de Infração expedidos.



FORMA DE ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO PDM

Verificação á curto, médio e longo prazo, da devida execução das medidas acima indicadas.

Estas informações servirão também para monitorização do crescimento urbano no Município.

MONITORIZAÇÃO DA ADAPTAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL

Deverá ser verificado, na Prefeitura Municipal, se o funcionamento da estrutura administrativa satisfaz as necessidades da administração e em especial as do PDM para cada ano do PAI, levando-se em consideração necessidades como compra de veículos, máquinas, equipamentos e mobiliário; contratação e treinamento de funcionários; e execução dos programas e obras previstas no PAI.

FORMA DE ANÁLISE DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL

Verificação no Município, á curto, médio e longo prazo, da devida execução das medidas e implantação dos Departamentos indicados nas Ações.

MONITORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS PREVISTAS NO PAI - PDM

Todas as obras definidas neste PAI, parte integrante do PDM de Santa Mônica, deverão ser viabilizadas nos anos previstos. Portanto, a sua monitorização será feita através da verificação da execução das obras realizadas á curto, médio e longo prazo.

AÇÕES À CURTO PRAZO DO PAI INICIAL

1. Implantar o Aterro Sanitário conforme as exigências do IAP e resolução do CONAMA **(Implantado em 2008 e readequado em 2018).**
2. Regularizar o Cemitério Municipal conforme exigências do IAP **(Não regularizado).**
3. Ampliar a rede de drenagem de águas pluviais na Avenida Nilo Cairo **(Não executada).**
4. Executar obra de pavimentação na Avenida Nilo Cairo **(Não executada).**
5. Executar obra de Pavimentação na Avenida Londrina, Rua Mandaguari e Rua Marialva no Distrito de Aparecida do Ivaí **(Parcialmente executada).**
6. Reformar o prédio do órgão gestor do Departamento Municipal de Educação **(Executada em 2014).**



7. Construção do Centro de Educação Infantil para atendimento da população do Município **(Iniciada em 2012 e em execução)**.

AÇÕES À MÉDIO PRAZO

8. Ampliar a rede de drenagem de águas pluviais na Rua Dr. João Ribeiro Macedo Filho, Rua Iguaçu e Avenida Moisés Lupion **(Parcialmente executada)**.
9. Executar obra de pavimentação na Rua Dom Pedro, Rua Ébano Pereira, Travessa Pucci e Rua Vitor do Amaral **(Executada em 2014 nas três primeiras ruas)**.
10. Ampliar o espaço físico das escolas municipais (Sede e Distrito) readequando a infraestrutura **(Não executada)**.
11. Revitalizar o Campo de Futebol no Distrito de Aparecida do Ivaí, delimitando o espaço com muros, construção de arquibancadas e vestiários **(Não executada)**.

AÇÕES À LONGO PRAZO

12. Prever a aquisição de área para implantação da estação de tratamento de esgoto **(Não prevista)**.
13. Prever a ampliação da capacidade de distribuição de água conforme o desenvolvimento da área urbana **(Em execução permanente pelo SAMAE)**.
14. Ampliar a rede de drenagem de águas pluviais na Rua Dr. Vicente Machado, Rua Dr. Francisco Xavier da Silva e Rua Manoel Ribas **(Não executada)**.
15. Executar obra de pavimentação na Rua Mandaguari, Rua Rolândia e Rua Maringá no Distrito de Aparecida do Ivaí **(Parcialmente executada)**.
16. Ampliar e readequar o espaço físico e os equipamentos da Unidade Básica de Saúde do Distrito de Aparecida do Ivaí **(Iniciada em 2013 e concluída em 2015)**.
17. Ampliar o espaço físico da Unidade Básica de Saúde da Sede Municipal **(Iniciada em 2009 e concluída em 2015)**.
18. Ampliar o atendimento da Unidade Básica de Saúde da Sede Municipal para 24 horas, melhorando a qualidade de atendimento da população devido ao pronto atendimento **(Não implantado)**.
19. Revitalizar o Estádio Municipal com a ampliação e reforma da arquibancada, e construção de cobertura para a mesma; reforma no alambrado e no muro e pintura e reestruturação dos vestiários **(Iniciada em 2009 e concluída em 2015)**.

AÇÕES À MÉDIO/LONGO PRAZO

20. Viabilizar a construção da Capela Mortuária Municipal **(Não executada)**.



AÇÕES À CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

21. Ampliar as redes de distribuição de água tratada nos novos conjuntos habitacionais e loteamentos residenciais **(Em execução permanente pelo SAMAE).**
22. Adequar os edifícios públicos do setor às normas de acessibilidade universal **(Em execução).**
23. Implantar programa de readequação e manutenção periódica nas estradas municipais e obras de arte **(Em execução permanente pelo Departamento de Obras).**
24. Elaborar projeto de substituição de obras de arte provisórias (pontes e passarelas de madeira) por definitivas **(Inexistem obras de arte provisórias no Município).**
25. Garantir a manutenção da pavimentação da malha viária urbana **(Em execução permanente pelo Departamento de Obras).**

FORMA DE ANÁLISE

As principais ações que o Município deve implementar para viabilizar processo permanente de planejamento e gestão municipal, a partir da implantação e execução do PDM, são:

AÇÕES À CURTO PRAZO

1. Escolher representantes da administração pública e da sociedade civil para comporem o Conselho de Desenvolvimento Municipal.
2. Instituir o Conselho e Fundo de Desenvolvimento Municipal, como meio de acompanhar os processos de implantação, aplicação e atualização do PDM.
3. Promover a modernização e reestruturação do sistema de administração municipal, através da atualização tributária e informatização.
4. Garantir a atualização do código tributário e das informatizações cadastrais, através de recadastramento imobiliário, visando estruturar cadastro técnico multifinalitário, bem como a atualização da planta genérica de valores imobiliários.

AÇÕES À MÉDIO PRAZO

5. Implantar programa de informatização em rede entre os Departamentos da Prefeitura.
6. Prover Internet em todos os computadores dos órgãos da administração municipal e terminal de consulta pública **(Implantado em 2007).**



4. ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FÍSICO-TERRITORIAL





O ordenamento e o desenvolvimento físico-territorial estão embasados nas diretrizes e proposições apresentadas no macrozoneamento e ordenamento do sistema viário. As ações previstas envolvem a regularização fundiária e adaptação do sistema viário existente, baseados nas propostas deste PDM.

Deve-se garantir o desenvolvimento físico-territorial do Município considerando a nova distribuição dos usos do solo proposta no PDM, a densidade demográfica, as infraestruturas, os equipamentos urbanos e comunitários, o controle do meio ambiente e as particularidades de cada região, seja urbana ou rural.

Aquisição de área instituída como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)

Em consonância com o Estatuto da Cidade, a aquisição de áreas para a implantação de programas habitacionais de interesse social fica facilitada através da definição no PDM da ZEIS.

AÇÕES À CURTO PRAZO

1. Promover a regulamentação das ZEIS e outras áreas propícias à ocupação, conforme estabelecido na legislação de zoneamento do PDM **(Realizada em 2007)**.

AÇÕES À CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

2. Adquirir áreas para a implantação de programas habitacionais de interesse social em ZEIS definidas no PDM **(Realizada em 2006)**.

Aquisição de área instituída como Zona Especial de Interesse Institucional (ZEII)

Em consonância com o Estatuto da Cidade, a aquisição de áreas para a implantação de equipamentos de interesse institucional fica facilitada através da definição no PDM da ZEII.

AÇÕES À CURTO PRAZO

1. Promover a regulamentação das ZEII, conforme estabelecido na legislação de zoneamento do PDM **(Realizada em 2007)**.

AÇÕES À CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

2. Adquirir áreas para a implantação dos equipamentos de interesse institucionais em ZEII definidas no PDM **(Realizada em 2006)**.



Ordenamento Físico-Territorial e do Sistema Viário

As ações no ordenamento físico-territorial e do sistema viário estão relacionadas diretamente às necessidades de adaptação na sinalização das vias, adequações geométricas de entroncamentos, transposições e manutenção da infraestrutura existente e desenvolvimento dos espaços físicos públicos.

AÇÕES À CURTO PRAZO

1. Realização do levantamento georreferenciado para a descrição do perímetro proposto para o Distrito de Aparecida do Ivaí **(Realizado em 2010)**.
2. Elaboração do Plano de Circulação Viária com adaptações às novas diretrizes estabelecidas na Lei de Sistema Viário do PDM **(Não realizado)**.

AÇÕES À CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

3. Implantar programa de readequação e manutenção periódica nas estradas municipais e obras de arte **(Em execução permanente pelo Departamento de Obras)**.
4. Elaboração do projeto de substituição de obras de arte provisórias (pontes e passarelas de madeira) por definitivas **(Inexistem obras de arte provisórias no Município)**.
5. Garantir a manutenção do pavimento da malha viária urbana **(Em execução permanente pelo Departamento de Obras)**.



5. RESUMO DAS AÇÕES





MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL		2.096.000,00	857.000,00	652.000,00	587.000,00	
ASPECTOS AMBIENTAIS		171.000,00	102.000,00	37.000,00	32.000,00	
Legislação Ambiental Municipal		5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	
1	Elaborar e instituir legislação ambiental municipal para regulamentação e fiscalização de passivos ambientais, relacionado ao ambiente natural e modificado (rural e urbana).	Ação Administrativa/ Institucional				Municipal
2	Propiciar a capacitação dos funcionários para o exercício do licenciamento ambiental dos empreendimentos a serem implantados no Município, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade, onde a ocupação será controlada por meio de diretrizes do poder público, através da exigência a ser criada de PCA (Plano de Controle Ambiental/ Preliminar), EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente) e EIV/RIV (Estudo de Impacto de Vizinhança/ Relatório de Impacto de Vizinhança).	5.000,00		5.000,00		Municipal
Educação Ambiental		6.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	
3	Implantar a educação ambiental nas escolas da rede pública, através de projeto que contemple tanto atividades cognitivas (visitas a locais ambientalmente frágeis e parques ecológicos) como atividades práticas (plantio de árvores, coleta de material reciclável, etc).	6.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	Municipal
Recomposição de Mata Ciliar		150.000,00	90.000,00	30.000,00	30.000,00	
4	Recomposição da mata ciliar ao longo do Córrego Água Branca.	60.000,00	60.000,00			SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
5	Recomposição da mata ciliar ao longo dos cursos d'água do Município.	90.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
Arborização Urbana		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	
6	Elaborar plano técnico de arborização priorizando a qualificação e tipificação paisagística para as vias públicas.	10.000,00	10.000,00			Municipal



MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA		1.925.000,00	755.000,00	615.000,00	555.000,00	
Coleta e Destinação de Resíduos		25.000,00	15.000,00	5.000,00	5.000,00	
7	Implantar o Aterro Sanitário conforme as exigências do IAP e resolução do CONAMA.	Valor atrelado à elaboração de projeto específico				Federal
8	Elaborar Plano de Gestão de Resíduos Sólidos.	15.000,00	15.000,00			Municipal
9	Treinar Pessoal para trabalhar no manejo dos resíduos sólidos recicláveis, de entulho de construção civil, de poda de vegetação e orgânicos.	10.000,00		5.000,00	5.000,00	Municipal
10	Dar apoio a iniciativas particulares de coleta seletiva, principalmente a associações de coletores de material reciclável, através de inscrições tributárias, parcerias ou publicidade.	Ação Administrativa/ Institucional				Municipal
Serviços Funerários		40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	
11	Regularizar o cemitério municipal conforme exigências do IAP.	40.000,00	40.000,00			Federal/ Estadual/ Municipal
12	Elaborar legislação funerária municipal.	Ação Institucional				Municipal
13	Viabilizar a construção da Capela Mortuária.	Valor atrelado à elaboração de projeto específico				Municipal
Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto		0,00	0,00	0,00	0,00	
14	Ampliar as redes de distribuição de água tratada nos novos conjuntos habitacionais e loteamentos residenciais.	Valor atrelado à elaboração de projeto específico				SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
15	Prever a ampliação da capacidade de distribuição de água conforme o desenvolvimento da área urbana.	Valor atrelado à elaboração de projeto específico				SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
16	Prever a aquisição de área para implantação da estação de tratamento de esgoto.	Valor atrelado à elaboração de projeto específico				SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
17	Prever convênio entre a Prefeitura Municipal e o SAMAE para a implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto.	Ação Institucional				Municipal/ SAMAE



MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS	CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
Drenagem e Pavimentação	1.860.000,00	700.000,00	610.000,00	550.000,00	SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
18 Ampliar a rede de drenagem de águas pluviais na Avenida Nilo Cairo, Travessa Pucci.	50.000,00		50.000,00		SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
19 Executar obra de pavimentação na Avenida Nilo Cairo.	200.000,00	200.000,00			SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
20 Executar obra de Pavimentação na Avenida Londrina, Rua Mandaguari e Rua Marialva no Distrito de Aparecida do Ivaí, priorizando, sempre que possível, o uso de pavimentos alternativos como blocos de cimento.	500.000,00	500.000,00			SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
21 Ampliar a rede de drenagem de águas pluviais nas Ruas Dr. João Ribeiro, Iguazu e Avenida Moises Lupion.	60.000,00		60.000,00		SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
22 Executar obra de pavimentação na Rua Dom Pedro, Rua Emano Pereira, Travessa Pucci e Rua Vitor do Amaral, priorizando, sempre que possível, o uso de pavimentos alternativos como blocos de cimento.	500.000,00		500.000,00		SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
23 Ampliar a rede de drenagem de águas pluviais nas Ruas Dr. Vicente Machado, Dr. Francisco Xavier da Silva e Rua Manoel Ribas.	50.000,00			50.000,00	SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
24 Executar obra de pavimentação nas Ruas Mandaguari, Rua Rolândia e Rua Maringá no Distrito de Aparecida do Ivaí, priorizando, sempre que possível, o uso de pavimentos alternativos como blocos de cimento.	500.000,00			500.000,00	SEDU: Paraná Urbano II / Municipal



MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS	CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO	1.817.000,00	481.000,00	654.000,00	682.000,00	
ECONOMIA	40.000,00	14.000,00	14.000,00	12.000,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
25 Fortalecer o comércio local com a criação de uma associação, para atuar em conjunto na busca de melhores oportunidades para o fortalecimento do comércio promovendo cursos profissionalizantes e de capacitação destinados ao desenvolvimento de técnicas atualizadas aplicáveis no setor.	Ação Institucional				Municipal
Agropecuária	20.000,00	7.000,00	7.000,00	6.000,00	
26 Incentivar a pecuária leiteira.	Ação Administrativa				Municipal/ EMATER
27 Incentivar a criação do bicho-da-seda.	Ação Administrativa				Municipal/ EMATER
28 Criar programa de apoio à piscicultura.	Ação Administrativa				Municipal/ EMATER
29 Criar programas de apoio a incentivação da produção de mamona e girassol no Município (biodiesel), através da realização de cursos de capacitação e de assistência técnica.	Ação Administrativa				SEDU: Paraná Urbano II / Municipal/ EMATER
30 Estimular práticas agro-ecológicas, como meio de valorização da produção agrícola local.	Ação Administrativa				SEDU: Paraná Urbano II / Municipal/ EMATER
31 Implantar o programa de repovoamento dos principais rios e córregos do Município com espécies de peixes característicos da região, estimulando a pesca de subsistência e comercial de pequena escala, como fonte de alternativa de renda para as populações ribeirinhas, além da pesca esportiva e de lazer.	20.000,00	7.000,00	7.000,00	6.000,00	SEDU: Paraná Urbano II / Municipal/ EMATER
Turismo	20.000,00	7.000,00	7.000,00	6.000,00	
32 Investir no potencial turístico como fonte de crescimento econômico-social, cultural e ambiental.	Ação Administrativa/ Institucional				Municipal
33 Fazer inventário turístico municipal, com o intuito de desenvolver atividades afins no Município.	20.000,00	7.000,00	7.000,00	6.000,00	Ministério do Turismo/ SETU/ Municipal



MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
SOCIAL		1.777.000,00	467.000,00	640.000,00	670.000,00	
Saúde		272.000,00	12.000,00	35.000,00	225.000,00	
34	Capacitar Motoristas da saúde para o atendimento de primeiros socorros.	2.000,00				Municipal
35	Informatizar o NIS I e II.	50.000,00		25.000,00	25.000,00	SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
36	Ampliar e readequar o espaço físico e equipamentos do NIS I.	80.000,00			80.000,00	SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
37	Ampliar o espaço físico do NIS II.	120.000,00			120.000,00	SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
38	Ampliar o atendimento do NIS II para 24h, melhorando a qualidade de atendimento da população devido ao pronto atendimento.	Ação Administrativa/ Institucional				Ação Administrativa/ Institucional
39	Contratar farmacêutico, ginecologista, pediatra.	Ação Institucional				Municipal
40	Implantar o Saneamento Básico, melhorando a qualidade de vida e saúde das pessoas.	Valor atrelado à elaboração de projeto específico				Municipal
41	Estabelecer programa de formação continuada para equipe municipal de saúde.	20.000,00	10.000,00	10.000,00		Municipal
Educação		840.000,00	440.000,00	200.000,00	200.000,00	
42	Reformar o prédio do órgão gestor do Departamento Municipal de Educação.	40.000,00	40.000,00			SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
43	Construir Centro de Educação Infantil, para atender a população da Sede Urbana de Santa Mônica.	200.000,00	200.000,00			SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
44	Ampliar o espaço físico das escolas Municipais (Sede Urbana e Distrito de Santa Mônica) readequando a infra-estrutura.	Valor atrelado à elaboração de projeto específico				SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
45	Estabelecer parcerias com Departamento Municipal de Saúde, contratando Neuropediatra e Psicólogo priorizando atendimento nas Escolas Municipais.	Ação Administrativa				Municipal
46	Adequar os edifícios públicos do setor às normas de acessibilidade universal.	Valor atrelado à elaboração de projeto específico				Municipal
47	Elaborar programas de orientação e incentivo aos jovens e adolescentes, melhorando a oferta de cursos de informática, línguas, artes e esportes, nas Escolas Públicas, a fim de evitar a evasão escolar.	Ação Administrativa				Municipal
48	Adquirir ônibus escolar para ampliar frota de transporte escolar e garantir a manutenção dos mesmos.	600.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	Federal/ Municipal



MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

ACÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS	CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
Cultura	6.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	
49 Incentivar a implantação da fanfarra municipal.	Ação Administrativa				Municipal
50 Implementar o Calendário Anual de Eventos Culturais, considerando as atividades realizadas por todos os Departamentos Municipais.	6.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	Municipal
51 Promover eventos, oficinas, encontros, cursos, seminários e exposições oportunizando as diversas manifestações culturais.	Ação Administrativa/ Institucional				Municipal
52 Incentivar publicações sobre a história do Paraná e, em especial, a história de Santa Mônica.	Ação Administrativa/ Institucional				Municipal
Esporte e Lazer	380.000,00	10.000,00	130.000,00	240.000,00	
53 Criar escolinhas esportivas em todas as modalidades como: futebol, ginástica, vôlei, handebol, atletismo, xadrez e outras.	Ação Administrativa				Municipal
54 Incrementar o Campo de Futebol no Distrito de Aparecida do Ivaí delimitando o espaço com muros, construir arquibancadas e vestiários.	120.000,00		120.000,00		SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
55 Readequar o Estádio Municipal com a ampliação e reforma da arquibancada, e construção de cobertura para a mesma; reforma nos alamedados, muro e pinturas e reestruturação do vestiários.	230.000,00			230.000,00	SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
56 Promover jogos, torneios e gincanas que envolvam as comunidades urbanas (Sede Urbana e Distrito) e rurais, de modo a fomentar e proporcionar momentos de lazer e recreação.	30.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	Municipal
Assistência Social	270.000,00	0,00	270.000,00	0,00	
57 Criar conselhos do idoso e do deficiente.	Ação Institucional				Municipal
58 Ampliar o Programa Compra Direta e BPC, Luz Fraterna e Leite das Crianças.	Ação Institucional				Municipal
59 Contratar Assistente Social para o Departamento Social.	Ação Institucional				Municipal
60 Promover a implantação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no Distrito de Aparecida do Ivaí.	150.000,00		150.000,00		SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
61 Implantar Projeto Piá no Distrito de Aparecida do Ivaí.	120.000,00		120.000,00		Municipal



MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

ACÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS	CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	
62 Criar a Lei que regulamenta o Fundo e o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social em cumprimento a determinação do Ministério das Cidades.	Ação Institucional				Municipal
63 Organizar o cadastro habitacional das famílias no Município, com o objetivo de viabilizar ações na implantação de programas de moradias, principalmente de interesse social, a fim de promover a solução do déficit habitacional e controlar as famílias, coibindo a proliferação da ocupação irregular no Município.	Ação Administrativa				Municipal
64 Firmar parcerias para a implantação de programa de arquitetura/engenharia pública para o fornecimento de projetos de habitação popular (70 m² ou menos) para as famílias de renda comprovadamente baixa e orientação quanto às normas legais de construção.	Ação Administrativa/ Institucional				Municipal
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	
65 Implantar o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).	Ação Institucional				Federal
66 Firmar parcerias com o Governo Estadual na Construção e Instalação de Módulo Policial no Distrito Aparecida do Ivaí.	Valor atrelado à elaboração de projeto específico				Estadual/ Municipais
67 Buscar, junto ao Governo Estadual, a aquisição de veículos para a intensificação do patrulhamento rural.	Valor atrelado à elaboração de projeto específico e definição do nº de veículos				Estadual
Defesa Civil	9.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	
68 Criar o Conselho Municipal de Defesa Civil.	Ação Institucional				Municipal
69 Elaborar o Plano de Defesa Civil, contemplando plano de trabalho que oriente um conjunto de medidas preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar consequências danosas de eventos previsíveis, além de preservar o moral da população e restabelecer o bem-estar, quando da ocorrência desses eventos.	9.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	Municipal
70 Vistoriar as áreas onde possivelmente haja risco de desastres e, se necessário, fazer advertências para reduzir as situações de risco.	Ação Administrativa/ Institucional				Municipal



MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

ACÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS	CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA	190.000,00	60.000,00	130.000,00	0,00	
71 Escolher cinco representantes da administração pública e cinco representantes da sociedade civil para comporem o Conselho de Desenvolvimento Municipal.	Ação Institucional				Municipal
72 Instituir o Conselho e Fundo de Desenvolvimento Municipal, como meio de acompanhar os processos de implantação, aplicação e atualização do PDM.	Ação Institucional				Municipal
73 Promover a modernização e reestruturação do sistema de administração municipal, através da atualização tributária e informatização.	20.000,00	20.000,00			SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
74 Garantir a atualização do código tributário e das informatizações cadastrais, através de recadastramento imobiliário, visando estruturar cadastro técnico multifinalitário, bem como a atualização da planta genérica de valores imobiliários.	40.000,00	40.000,00			SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
75 Implantar programa de informatização em rede entre os Departamentos e/ou Secretarias da Prefeitura.	120.000,00		120.000,00		SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
76 Prover Internet em todos os computadores dos órgãos da administração municipal e terminal de consulta pública.	10.000,00		10.000,00		SEDU: Paraná Urbano II / Municipal



MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

ACÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS	CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FÍSICO-TERRITORIAL	1.547.000,00	527.000,00	510.000,00	510.000,00	
Aquisição de Área Instituída como ZEIS	360.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	
77 Promover a regulamentação das ZEIS e outras áreas propícias à ocupação, conforme estabelecido na legislação de zoneamento do PDM.	Ação Institucional				Municipal
78 Adquirir áreas para a implantação de programas habitacionais de interesse social em ZEIS definidas no PDM.	360.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	Federal/Municipal
Aquisição de Área Instituída como ZEII	120.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	
79 Promover a regulamentação das ZEII, conforme estabelecido na legislação de zoneamento do PDM.	Ação Institucional				Municipal
80 Adquirir áreas para a implantação dos equipamentos de interesse institucionais em ZEII definidas no PDM.	120.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	Federal/Municipal
Ordenamento Físico-Territorial e do Sistema Viário	1.067.000,00	367.000,00	350.000,00	350.000,00	
81 Realizar levantamento georreferenciado para a descrição do perímetro proposto para o Distrito de Aparecida do Ivaí.	2.000,00	2.000,00			SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
82 Elaborar Plano de Circulação Viária com adaptações às novas diretrizes estabelecidas na Lei de Sistema Viário do PDM.	15.000,00	15.000,00			SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
83 Implantar programa de readequação e manutenção periódica nas estradas municipais e obras de arte.	750.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
84 Elaborar projeto de substituição de obras de arte provisórias (pontes e passarelas de madeira) por definitivas.	Valor atrelado à elaboração de projeto específico				SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
85 Garantir a manutenção do pavimento da malha viária.	300.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	SEDU: Paraná Urbano II / Municipal
TOTAL AÇÕES	5.650.000,00	1.925.000,00	1.946.000,00	1.779.000,00	



6. INDICADORES E METAS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DAS AÇÕES PREVISTAS NO PAI

2



MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos



INDICADORES E METAS PARA PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	DESCRIÇÃO	ATUAL	2027
Índice de Arborização Urbana	Extensão de vias atendidas por arborização urbana	S. I.	100%
Qualidade da Água	Índice de qualidade da água (1)	S. I.	79<IAP<100
Abastecimento de Água	Percentual de domicílios urbanos atendidos	100%	100%
Cobertura Mata Ciliar	Áreas de mata na faixa de preservação permanente	S. I.	90%
Área de Reserva Legal	Percentual de área territorial ocupado por reservas de mata	S. I.	40%
Coleta de Esgotos	Percentual de domicílios urbanos atendidos por rede de esgoto	0%	100%
Tratamento de Esgotos	Percentual do volume de esgoto coletado	0%	100%
Coleta de Lixo	Percentual de domicílios urbanos atendidos	100%	100%
Coleta Seletiva	Percentual de domicílios urbanos atendidos	100%	100%
Drenagem de Águas Pluviais	Percentual de extensão das vias urbanas com rede de drenagem	30%	100%

- (1) **Qualidade Ótima** 79<IAP<100
Qualidade Boa 51<IAP<79
Qualidade Regular 36<IAP<51
Qualidade Ruim 19<IAP<36
Qualidade Péssima IAP<19
IAP – Índice de qualidade de água bruta para fins de abastecimento público
- (2) **S.I.** – sem informação disponível

INDICADORES E METAS PARA DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO	DESCRIÇÃO	ATUAL	2027
Capacidade de Investimento	Média do percentual da receita destinada para investimento	10%	30%
Indicador de Esforço Tributário	Receita tributária por população total (R\$ per Capita)	30,00	70,00
Indicador de Dependência	Receita transferida/despesa total	1,00	0,70
Indicador de Financiamento dos Gastos	Despesa corrente/receita própria	41,00	20,00
Renda per Capita	Valor do rendimento nominal mediano mensal (R\$)	380,00	500,00
Índice de Gini	Desigualdade de renda	0,50	0,45 (1)
IDH - Renda	Medido pela Organização das Nações Unidas	0,589 (2000)	0,736 (2)
IDH - Educação	Medido pela Organização das Nações Unidas	0,777 (2000)	0,850
Taxa de Analfabetismo	Medido pela Organização das Nações Unidas	32,1 (2000)	10,0
Média de Anos de Estudo	Medido pela Organização das Nações Unidas	4,00 (2000)	8,0
IDH - Longevidade	Medido pela Organização das Nações Unidas	0,602 (2000)	0,80
Número de Leitos	Média de número de leitos por habitante	0,00	0,30
IDH - Municipal	Medido pela Organização das Nações Unidas	0,70	0,856 (3)

- (1) Redução de 10% - quanto mais próximo de 1 maior desigualdade
(2) Média do Estado do Paraná
(3) IDH de Curitiba



MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

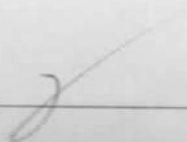


INDICADORES E METAS PARA DESENVOLVIMENTO FÍSICO-TERRITORIAL	DESCRIÇÃO	ATUAL	2027
Déficit Habitacional (% s/nº de habitações)	Percentual necessário de domicílios para população de baixa renda sobre total de domicílios urbanos	30%	1%
Índice de Áreas Verdes (Praças e Parques)	Total de áreas verdes por população total	S.I.	12,00m²/hab
Lotes Vazios	Percentual de lotes vazios sobre o total de lotes urbanos	60%	30%
Vias Urbanas Pavimentadas	Percentual de extensão total de vias urbanas	30%	70%
Passeios Públicos Pavimentados	Percentual de passeios públicos pavimentados	20%	70%
Acessibilidade Universal nos Edifícios Públicos	Percentual dos edifícios públicos adaptados para acessibilidade universal	50%	100%

(1) S.I. – sem informação disponível



7. PARECER TÉCNICO





Através da análise do comportamento financeiro do Município de Santa Mônica, obtivemos os resultados da capacidade de investimento dos últimos cinco anos anteriores a 2007, e as projeções para investimentos a serem realizados nos próximos dez anos.

O Município de Santa Mônica fará seus investimentos, conforme sua arrecadação, considerando que, no longo prazo, haverá um aumento médio e real das receitas e com as deduções das despesas, obter-se-á um montante para investimentos. Nessa análise é necessário também considerar a existência de receitas com destinos específicos, que custearão as despesas vinculadas às mesmas.

Todos os resultados apurados nessa análise irão compor o Plano de Ação e Investimentos que, na elaboração do Plano Diretor Municipal, irá demonstrar a capacidade de investimentos a curto, médio e longo prazo.

Comportamento das Receitas (2002 a 2006): Anexo I

→ As receitas próprias tiveram um comportamento atípico no período 2002/2006, saindo de R\$ 233.662,00 em 2002 para R\$ 236.817,00 em 2003. Em 2004 caiu para R\$ 166.032,00, voltando a cair em 2005 para R\$ 148.449,00, e, novamente crescendo em 2006 para R\$ 179.894,00. No quinquênio o crescimento foi negativo em aproximadamente 23%.

O quadro do Anexo I demonstra o desempenho da receita própria, que encerrou o período 2002/2006 com uma média de arrecadação de R\$ 192.971,00, e decresceu de 2002 para 2006.

→ Houve aumento de arrecadação de Transferências Constitucionais e Legais (correntes) ao longo do período de 2002/2006. O crescimento das transferências correntes neste período foi sempre constante, o maior aumento ocorreu entre os anos de 2003 para 2004, que passou de R\$ 3.946.367,00 para R\$ 4.633.635,00. Entre os exercícios de 2004 e 2005 o aumento foi de 17,9%. Entre os exercícios de 2002/2003 e 2005/2006, os aumentos foram menores, cerca de 10%.

No quinquênio 2002/2006 as transferências correntes passaram de R\$ 3.499.265,00 para R\$ 6.099.820,00, o que representou uma variação de 74%, superior à inflação no período, com média anual de transferências de R\$ 4.708.897,00.

→ No período analisado houve operação de crédito contratada somente no exercício de 2006 no valor de apenas R\$ 130.000,00.

→ As transferências de convênios são muito importantes para que o Município de Santa Mônica possa realizar investimentos e toda a transferência de convênios depende de uma situação orçamentária e política. Houve transferências em todos os exercícios. No exercício de 2005 houve a transferência mais expressiva, com um montante de R\$ 376.769,00. Nos exercícios de 2004 e 2006 as transferências foram



respectivamente R\$ 298.304,00 e R\$ 233.794,00. A menor ocorreu no exercício de 2005 com apenas R\$ 80.078,00, com média no quinquênio de R\$ 228.928,00.

- Diante da análise final da arrecadação total realizada pelo Município de Santa Mônica de 2002 a 2006 e as transferências voluntárias, foram importantes para os investimentos realizados. Em o Município mantendo nesta média de evolução ao longo dos cinco anos seguintes (2007/2011), a média de investimentos acompanhará o crescimento da arrecadação total.

Comportamento das Despesas (2002 á 2006):

- Toda a evolução da arrecadação pelo Município de Santa Mônica possibilitou que as despesas com encargos e amortizações fossem pagas no período. As despesas com encargos e amortizações no quinquênio 2002/2006 foram pequenas. O maior valor foi em 2002 com R\$ 103.184,00, seguido de 2006 com R\$ 91.324,00, com uma média no período de R\$ 88.134,00.
- Os valores de investimentos realizados pelo Município de Santa Mônica no quinquênio 2002/2006 foram demonstrados pelas informações contábeis e financeiras coletadas, e que estes investimentos, na média do quinquênio, foram cerca de quatro vezes mais que as despesas com encargos e amortizações. As maiores despesas com investimentos ocorreram em 2003 com o montante de R\$ 636.907,00, seguida de 2002 com R\$ 574.091,00. A menor em 2005 com apenas R\$ 94.583,00.
- O que se pode concluir com relação à despesa total realizada pelo Município de Santa Mônica, no período de análise, é que a despesa acompanhou a evolução da receita no mesmo período e os investimentos foram significativos, com média de R\$ 436.562,00.

Resultado Primário (2002 á 2006): Anexo I

- A evolução da receita do Município de Santa Mônica proporcionou que, ao longo do período, se realizasse despesa com investimentos. Os resultados primários no período de 2002 a 2006 sofreram oscilações. O maior resultado positivo foi em 2006 com R\$ 416.416,00. Em 2002, 2003 e 2004 houve resultados primários negativos, respectivamente de R\$ 52.000,00, R\$ 97.000,00 e R\$ 367.000,00. É de grande importância que os gestores municipais realizem seus investimentos na proporção da evolução da arrecadação e, se possível, trabalhando na diminuição das despesas de manutenção e custeio, aumento sua capacidade de investimento.

Comportamento das Receitas (2007 a 2012): Anexo II

Trabalhou-se com as estimativas de crescimento das receitas de 2007 a 2012. Sendo assim, serão apresentados os indicadores financeiros para que se façam tais investimentos das prioridades elencadas.



MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos



- Foram realizadas previsões de arrecadação das receitas e estimativas para investimentos, para os próximos seis anos posteriores a 2007, estimando que a evolução das receitas transferidas permaneça constante, não muito acima da média realizada nos cinco anos anteriores.
- A arrecadação própria para 2008 está bastante otimista, passando de R\$ 179.894,00, arrecadado em 2006, para uma estimativa de R\$ 237.000,00 em 2008. A partir de 2008 há uma projeção de aumento de 10% ao ano até 2012.
- Uma realidade abordada na maioria dos Municípios com população inferior a 50.000 habitantes é a não atualização da planta genérica de valores, cadastro técnico imobiliário e código tributário municipal onde, contribui para que o Município deixe de arrecadar. A atualização tributária é importante pelo fato de que, com um trabalho efetivo nesse sentido, se possam obter informações atualizadas do real valor dos imóveis no Município e assim, se adequar as leis vigentes, à realidade do município e cobrar o que é justo para a população e para o Município.
- As transferências correntes a arrecadar previstas para 2008 á 2012 também são bastante realistas, ou até abaixo do que deve ocorrer, considerando que em 2006 arrecadou-se R\$ 6.099.820,00 e para 2008 está previsto transferências de R\$ 6.715.000,00. Para 2009 e nos exercícios seguintes foi projetada uma evolução de 10% ao ano até 2012, com média no quinquênio de R\$ 8.184.200,00.
- Não há operações de créditos previstas para os exercícios de 2008 á 2012, mas nada impede que o Executivo possa viabilizá-las dentro de sua capacidade de endividamento, com autorização legislativa e abertura de créditos especiais.
- Todos os recursos provenientes de operações de créditos, poderão ser utilizados na realização de investimentos necessários e propostos no Plano de Ação e Investimentos.
- As transferências de capital de convênios dependem de acordos firmados entre o Município, a União e o Estado. Para os exercícios de 2008 á 2012 há previsão de transferências via convênios no montante médio de R\$ 244.204,00 ao ano. Entretanto, mesmo previsto, em todos os exercícios dependerá de um esforço na elaboração de projetos e ação política para que o Município de Santa Mônica possa ter acesso a estes recursos.
- A análise geral da arrecadação total para investimentos do Município de Santa Mônica aponta para a uma evolução constante da receita que irá proporcionar que o Município possa continuar investindo ainda ao longo dos próximos cinco anos (2009/2013), entretanto em patamares inferiores ao que investiu de 2002 á 2007.



Comportamento das Despesas (2008 a 2012):

- A receita do Município de Santa Mônica suporta financeiramente, dentro dos limites constitucionais, o pagamento dos encargos e das amortizações, onde, diante das liberações a ocorrer no período, haverá aumentos de encargos e amortizações.
- Diante da previsão de arrecadação, é coerente se fazer uma previsão de despesa considerando a previsão de arrecadação. As despesas com investimentos no período de 2009 a 2013 serão sempre maiores que as despesas com encargos e amortizações no período a realizar. O Município de Santa Mônica poderá investir aproximadamente 4% nos próximos cinco anos. Média de investimentos abaixo dos cinco anos passados, que foi de 8,4%.
- Pode-se observar no item 5.3 da planilha que as despesas com encargos e amortizações e a previsão das despesas com investimentos continuará crescendo a partir de 2008, entretanto cerca de um terço será absorvido com as despesas de encargos e amortizações.

Nas propostas de curto, médio e longo prazo, com recursos próprios ou não definidos, tem-se uma estimativa de despesas de R\$ 5.650.000,00 para uma previsão de investimentos com recursos próprios de R\$ 1.500.000,00 para os anos de 2009 a 2013.

O Município de Santa Mônica deverá fazer um grande esforço para obtenção de recursos à "fundo perdido" através de convênios com a União e/ou Estado, para fazer cumprir todas as metas e propostas do Plano de Ação e Investimentos, além dos recursos dentro de sua capacidade de endividamento.

O cumprimento das ações dependerá de um esforço para o aumento da capacidade de investimento e um trabalho com projetos para obtenção de recursos dos Governos Federal e Estadual.



MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA
Plano Diretor Municipal
Plano de Ação e Investimentos

ANEXO I - COMPORTAMENTO DAS RECEITAS 2002 A 2006

1) RECEITA DO MUNICÍPIO EM: (Anexo I)	2002	2003	2004	2005	2006	Médias de Arrecadações Realizadas
1.1) Receitas Próprias Arrecadadas (Trib + Econ + Patr + Agro + Ind + Serv + Outras)	233.662	236.817	166.032	148.449	179.894	192.971
1.2) Transferências Correntes Arrecadadas (Tranf. Legais e Constitucionais)	3.499.265	3.846.367	4.633.635	5.465.397	6.099.820	4.708.897
1.3) Receitas de Capital (somente operações de créditos contratadas)	0	0	0	0	130.000	26.000
1.4) Transferências de Capital Arrecadadas (Tranf. de Convênios)	376.769	165.694	298.304	80.078	223.794	228.928
1.5) Arrecadação Total (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	4.109.696	4.248.878	5.097.971	5.693.924	6.633.508	5.156.795
2) DESPESA DO MUNICÍPIO EM:	2002	2003	2004	2005	2006	Médias de Despesas Realizadas
2.1) Despesa c/ Encargos + Amortizações (pagos)	103.184	82.821	87.509	75.830	91.324	88.134
2.2) Despesa com Investimentos (pagos)	574.091	636.907	470.265	94.583	406.962	436.562
2.3) Despesa Total (2.1 + 2.2)	677.275	719.728	557.774	170.413	498.286	524.695
3) RESULTADO PRIMÁRIO:	2002	2003	2004	2005	2006	X
3.1) Receita (fiscais correntes + fiscais de capital)	4.104.000	4.397.000	4.804.000	4.980.409	5.719.808	4.801.043
3.2) Despesa (fiscais cor. + fiscais de cap. + res. de contingência)	4.156.000	4.494.000	5.171.000	4.619.235	5.303.392	4.748.725
3.3) Resultado	-52.000	-97.000	-367.000	361.174	416.416	248.718

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Mônica

ANEXO II: COMPORTAMENTO DAS RECEITAS 2007 A 2012

1) RECEITA DO MUNICÍPIO (REAIS)		2007	2008	2009	2010	2011	2012
1.1) Receitas Próprias Arrecadadas (Trib. + Econ. + Ind. + Serv. + Outras)		353.080,63	416.890,78	436.223,61	496.773,83	571.473,22	618.409,67
1.2) Transferências Correntes Arrecadadas		5.926.452,84	7.010.964,89	6.944.107,80	7.785.265,79	9.432.917,20	9.491.105,99
1.3) Receitas de Capital (Somente Operações de Crédito Contratadas)		118.205,39	240.150,00	-	-	-	-
1.4) Transferências de Capital Arrecadadas (Convênios)		232.576,00	423.938,00	373.997,00	473.036,52	-	465.897,89
1.5) Arrecadação Total (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)		6.630.314,86	8.091.943,67	7.754.328,41	8.755.076,14	10.004.390,42	10.575.413,55
2) DESPESA DO MUNICÍPIO (REAIS)		2007	2008	2009	2010	2011	2012
2.1) Despesas com Encargos + Amortizações (Pagos)		102.144,89	116.924,63	143.296,43	150.950,40	209.819,45	178.150,37
2.2) Despesas com Investimentos (Pagos)		437.833,75	892.637,80	75.506,50	287.629,99	795.089,63	578.091,28
2.3) Despesa Total (2.1 + 2.2)		539.978,64	1.009.562,43	218.802,93	438.580,39	1.004.909,08	756.241,65
3) RESULTADO PRIMÁRIO (REAIS)		2007	2008	2009	2010	2011	2012
3.1) Receita (Fiscais Correntes + Fiscais de Capital)		6.891.830,98	8.331.006,95	8.272.693,39	9.370.633,76	11.066.571,21	10.969.582,07
3.2) Despesa (Fiscais Correntes + Fiscais de Capital + Reserva de Contingência)		7.029.818,41	9.216.916,28	8.599.566,04	9.161.508,22	11.513.454,18	12.716.982,42
3.3) Resultado (3.1 - 3.2)		(137.987,43)	(885.909,33)	(326.872,65)	209.125,54	(446.882,97)	(1.747.400,35)
3.4) Resultado Primário Total (3.1 + 3.2 + 3.3)		13.783.661,96	16.662.013,90	16.545.386,78	18.741.267,52	22.133.142,42	21.939.164,14

ANEXO III: COMPORTAMENTO DAS RECEITAS 2013 A 2018

1) RECEITA DO MUNICÍPIO (REAIS)		2013	2014	2015	2016	2017	2018
1.1) Receitas Próprias Arrecadadas (Trib. + Econ. + Ind. + Serv. + Outras)		549.246,73	731.074,92	236.934,70	3.007.138,28	3.355.147,98	3.763.388,76
1.2) Transferências Correntes Arrecadadas		12.660.587,62	11.452.682,69	6.104.897,78	13.662.532,82	14.111.469,96	15.538.209,81
1.3) Receitas de Capital (Somente Operações de Crédito Contratadas)		-	-	-	-	-	-
1.4) Transferências de Capital Arrecadadas (Convênios)		29.350,00	1.213.325,48	157.650,38	283.451,81	1.160.000,00	1.620.033,71
1.5) Arrecadação Total (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)		13.239.184,35	13.397.083,09	6.499.482,86	16.953.122,91	18.626.617,94	20.921.632,28
2) DESPESA DO MUNICÍPIO (REAIS)		2013	2014	2015	2016	2017	2018
2.1) Despesas com Encargos + Amortizações (Pagos)		134.028,14	104.019,68	48.313,63	4.168,83	4.625,09	5.100,05
2.2) Despesas com Investimentos (Pagos)		632.626,33	1.923.478,92	381.135,78	561.663,05	939.432,62	1.686.835,89
2.3) Despesa Total (2.1 + 2.2)		766.654,47	2.027.498,60	429.449,41	565.831,88	944.057,71	1.691.935,94
3) RESULTADO PRIMÁRIO (REAIS)		2013	2014	2015	2016	2017	2018
3.1) Receita (Fiscais Correntes + Fiscais de Capital)		11.429.257,52	2.507.559,54	6.898.741,47	14.898.314,43	15.491.545,38	19.511.430,47
3.2) Despesa (Fiscais Correntes + Fiscais de Capital + Reserva de Contingência)		10.898.656,02	2.758.751,12	6.359.883,26	13.814.319,06	14.889.988,59	17.527.287,09
3.3) Resultado (3.1 - 3.2)		530.601,50	(251.191,58)	538.858,21	(1.083.995,37)	(601.556,79)	(1.819.951,17)
3.4) Resultado Primário Total (3.1 + 3.2 + 3.3)		22.858.515,04	5.015.119,08	13.797.482,94	27.628.638,12	29.779.977,18	35.218.766,39

[illegible][illegible]

INDICADORES E TÍTULOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	DESENVOLVIMENTO	ATUAL	2027
Deficit habitacional (% ano de laje/edificios)	Porcentagem necessaria de completos para populacao de baixa renda	30%	1%
Índice de Áreas Verdes (Praças e Parques)	Totais de áreas de parques urbanos	6.1	12,00m²/Vha
Linha Verde	Porcentual de lotes verdes entre o total de lotes urbanos	60%	70%
Áreas Urbanas Permeabilizadas	Porcentual de áreas verdes entre o total de lotes urbanos	70%	70%
Passagens Pedestres Permeabilizadas	Porcentual de passagens pedestre permeabilizadas	20%	70%
Investimentos Urbanos nos Sistemas Públicos	Porcentual dos investimentos públicos relacionados aos investimentos urbanos	30%	100%

3.2) Despesa com a prestação de serviços de assistência técnica especializada	1.950.000	4.690.000	5.170.000	4.919.200	5.300.000	4.540.120
3.3) Despesa com a prestação de serviços de assistência técnica especializada	22.000	67.500	367.000	380.170	416.410	240.710

1) RESCITA DO MUNICÍPIO (R\$ Anual)		2002	2003	2004	2005	Média de Anos Anteriores Realizada
1.1) Restos a Pagar Anteriores (Tributos)		233.851	250.517	490.103	447.440	179.534
1.2) Restos a Pagar (Tributos) - 2004						
1.3) Transferências Correntes Anteriores (sem Legais e Compensações)		5.496.285	5.839.367	4.810.180	4.468.197	6.000.123
1.4) Restos a Pagar - Transferências Correntes Anteriores (sem Legais e Compensações)						
1.5) Transferências de Capital Anteriores (sem Legais e Compensações)		276.161	185.651	219.354	35.375	223.754
1.6) Antecipação Total		4.129.856	4.246.879	8.020.377	5.062.124	6.823.560
2) DESPESA DO MUNICÍPIO (R\$)		2002	2003	2004	2005	Média de Anos Anteriores Realizada
2.1) Despesa de Emergência - Antecipações						
2.2) Despesa de Emergência - Antecipações (sem Legais e Compensações)						
2.3) Despesa com Investimentos - 2004		421.281	531.267	475.207	431.251	428.514
2.4) Despesa com Investimentos - 2005						
3) RESULTADO PRÉVIO		9.001	3054	3054	2089	504
3.1) Resultado (Saldo Contábil) - 2004		4.194.022	4.847.205	4.862.007	4.501.405	5.133.469
3.2) Resultado (Saldo Contábil) - 2005						
3.3) Resultado (Saldo Contábil) - Total de 2004 e 2005		4.195.057	4.849.205	5.173.009	4.511.210	4.847.120
3.4) Resultado		4.195.057	4.849.205	5.173.009	4.511.210	4.847.120

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
REVENUE AND FINANCIAL STATEMENTS						
1 Revenue (before income taxes) and other income (loss)	35,200.0	41,692.7	43,231.7	59,771.4	57,474.2	69,497.9
2 Income tax expense (benefit)	1,000.0	739.9	944.0	1,762.9	1,497.7	84.0
3 Income (loss) before income taxes	34,200.0	40,952.8	42,287.7	58,008.5	55,976.5	69,413.9
4 Income (loss) from operations	1,452.4	42,018.9	3,940.0	1,024.9	1,024.9	40,518.9
5 Nonrecurring items (1)(1)(2)(3)(4)(5)	6,128.8	39,145.0	1,068.2	6,102.6	11,966.4	10,725.0
OPERATING INCOME (LOSS)	7,581.2	81,163.9	5,008.2	7,127.5	13,011.4	51,243.9
6 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
7 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
8 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
9 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
10 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
11 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
12 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
13 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
14 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
15 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
16 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
17 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
18 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
19 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
20 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
21 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
22 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
23 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
24 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
25 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
26 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
27 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
28 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
29 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
30 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
31 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
32 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
33 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
34 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
35 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
36 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
37 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
38 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
39 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
40 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0	1,000.0
41 Depreciation and amortization (exclusive of impairment losses)	1,000.0	1,000				

[illegible]

O presente Termo Aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO** previsto na Cláusula sexta do **CONTRATO ORIGINAL**, considerando a morosidade de ambos as partes.